

5 - Religião, poder e sincretismo

o Islã no Império Songai (séculos xv-xvi)

Bárbara Macagnan Lopes
Leonardo Veiga Guarnieri

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, BM., and GUARNIERI, LV. Religião, poder e sincretismo: o Islã no Império Songai (séculos xv-xvi). In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 57-68. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

RELIGIÃO, PODER E SINCRETISMO:
O ISLÃ NO IMPÉRIO SONGAI
(SÉCULOS XV-XVI)

Bárbara Macagnan Lopes

Leonardo Veiga Guarnieri

As origens do processo de islamização do Sudão Ocidental, ocorrido ao longo do período anterior à expansão europeia, em termos gerais, deveram-se inicialmente mais a fatores de ordem pragmática, principalmente econômica, do que de ordem espiritual ou teológica.

É fato que, apesar das difíceis condições climáticas, as quais impossibilitavam um intenso povoamento da região, o deserto do Saara era, na época anterior aos descobrimentos, zona de intenso tráfego de caravanas mercantes, que o cruzavam repetidamente, transportando o ouro sudanês até as grandes praças comerciais marroquinas e retornando com produtos provenientes das regiões do Magreb, da Europa e do Levante,¹ como tecidos finos, perfumes, cavalos (muito apreciados no Sudão devido à sua importante função militar), o cobre e o vidro.

O comércio transaariano foi o principal elemento da economia dos impérios e reinos sudaneses e o maior responsável pela riqueza dos seus governantes. Tal atividade passava obrigatoriamente pelo norte da África devido à localização das grandes praças comerciais. Essa região, habitada pelas populações berberes, havia sido islamizada e arabizada de maneira muito mais efetiva no século XIII, e estabelecido laços muito mais estreitos com o

¹ Região do Oriente Médio, ao sul dos Taurus, limitada a oeste pelo Mediterrâneo e a leste pelo Deserto da Arábia e pelo atual Iraque.

mundo árabe do que aqueles que possuíam com as regiões ao sul do deserto.

Considerando ambos os fatos, a dinâmica das rotas comerciais transaarianas e a islamização mais efetiva do norte da África, podemos ver como o comércio exerceu um papel duplo na expansão do islamismo para a África subsaariana Ocidental: primeiramente, os mercadores berberes, ou os sudaneses que entraram em contato com a civilização berbere, trouxeram do norte os ensinamentos da religião muçulmana e mesmo os costumes de uma “cultura islâmica” já estabelecida, e, por outro lado, as relações comerciais entre as duas regiões tornaram a conversão ao islamismo uma estratégia diplomática eficiente, visto que a mesma incluiria o Sudão no mundo muçulmano e, assim, facilitaria as relações comerciais entre sudaneses e berberes, devido à unificação das identidades religiosas e culturais de ambos os povos que essa islamização proporcionaria.

Ainda que não afirmemos que foram apenas esses interesses comerciais os promotores da conversão ao islamismo pelas classes dirigentes dos reinos sudaneses, parece certo que, nos casos em que o apreço pela religião muçulmana era legítimo, as relações de comércio facilitaram o intercâmbio cultural e o contato com as crenças islâmicas por parte dos sudaneses. De qualquer forma, a proeminência desses interesses econômicos pode ser constatada na superficialidade que caracterizaria a islamização do Sudão até pelo menos o século XVI.

Essa superficialidade devia-se ao fato de que a penetração do Islã no campo foi pouco expressiva, e que a religião muçulmana não substituiu, no máximo coexistiu com as crenças animistas tradicionais das religiões africanas locais. Na verdade, a maior parte da população pouca consciência teve da “reforma religiosa” que se deu no reino de Gao. Além disso, mesmo as elites que adotaram abertamente e, inclusive, oficializaram o islamismo como religião de Estado manteriam as práticas tradicionais, visto que uma ruptura com elas poderia resultar na perda de prestígio junto ao povo.

O Surgimento do Islã em Gao

Podemos ver como os interesses econômicos tiveram um papel importante na islamização desde o século XI. Quando seu décimo quinto governante, chamado Dia Kossoy, se converteu ao islamismo em 1009, a cidade de Gao estava se firmando como um importante entreposto comercial sudanês e ganhando cada vez mais importância em um cenário comercial mais amplo. O fato é que a conversão das classes dirigentes dos songais deu-se durante esse século, sendo esses governantes de Gao os primeiros soberanos negros a adotarem a crença islâmica.

Essa conversão, ainda que superficial, ligou o povo songai ao mundo muçulmano. Não só ao Magreb, mas também al Andaluz, como se pode constatar pela presença de estelas funerárias encontradas em Gao feitas no século XII na cidade de Almeria, situada na atual Espanha, à época sob domínio dos almorávidas. Entretanto, os songais seriam uma exceção na época, e o processo de islamização do Sudão estava apenas em seu começo, ainda muito pouco desenvolvido, sem qualquer intento da adoção de uma cultura muçulmana, nem de uma maior divulgação da religião.

No final do século XIII, os songais caíram sob o domínio do Império do Mali, passando a lhe pagar tributo. Sob a direção dos *farin*,² os manden organizaram a região da Curva do Níger e encorajaram seu desenvolvimento econômico. Ainda que um período de dependência política, a época da dominação Mali representou um florescimento das cidades de Gao, importante centro econômico e administrativo, e de Tombuctu, centro espiritual e intelectual, que se tornou nesse período morada de diversos eruditos muçulmanos.

A conversão ao islamismo como uma estratégia diplomática para a inclusão do Sudão no mundo muçulmano foi uma prática comum no Império do Mali. Estabeleceu-se uma tradição segundo a qual os

² Funcionários do Império do Mali que atuavam como governadores das províncias.

governantes deveriam fazer uma peregrinação à Meca, passando também pelo Egito, que teria função não só de oficializar e fortalecer a religião islâmica, que já fora constituída como religião de Estado, como também ampliar os contatos políticos com os governos muçulmanos, principalmente o egípcio, junto a quem os governantes sudaneses buscavam legitimação.

Essa política de diálogo com os países islâmicos atingiu seu auge durante o governo de *mansa* Mussa I. Ele fez de sua peregrinação à Meca um evento que serviu para a exibição e a ostentação de toda riqueza do Mali, levando consigo um número de servos e de riquezas, principalmente em ouro, que impressionou os egípcios, como pode ser notado através das crônicas que mencionam a passagem do imperador pelo Cairo, como os escritos de al-Umari.

A aproximação com as culturas islâmicas não se deu somente através dessa peregrinação, mas o *mansa* buscou ainda atrair, mediante a promessa de riquezas, poetas, artistas, juristas e sábios muçulmanos de todos os campos, como o poeta-arquiteto Abu Ishaq Ibrahim al Sahili, a quem alguns autores atribuem a construção das mesquitas de Tombuctu e de Gao. Além de mesquitas, também foram construídos diversos prédios públicos, na medida em que havia uma clara preocupação não só em tornar os pequenos vilarejos em grandes cidades, mas também tornar esses centros urbanos muito mais cosmopolitas, e devem muito a esse impulso cidades como Tombuctu e Djenne, as quais anos mais tarde se tornariam grandes centros urbanos (Silva, 1992).

O Islã e o Sincretismo

No final do século XIV, aproveitando a crise do império dos manden e seu próprio fortalecimento, o reino de Gao, sob a dinastia dos *sonni*, tornou-se independente e conseguiu expulsar os manden de seu território. Além disso, durante o governo de Sonni Madawu, os songais atacaram a própria cidade de Niane, capital do Império do Mali, pilhando-a e tomando 24 tribos de escravos pertencentes ao

mansa. O próximo governante da linhagem, Sonni Solimão Daama, coordenou a invasão e o saque da cidade de Nema, povoada pelos soninquês. Porém, o apogeu da dinastia e a consolidação de um Império Songai deram-se, principalmente, pelas mãos de Sonni Ali Ber.

Sonni Ali (1464-1493) foi o governante que mudou o destino do reino de Gao, abandonando a política de pilhagem dos seus predecessores e adotando uma política de conquista e anexação territorial. Expandindo seu império para o Ocidente, conquistou Djéne e Tombuctu em 1468. A seguir, atacou também os mossis, os tuaregues e os dogons, tornando-se o soberano da Curva do Níger, agora unificada sob seu domínio, e eliminando a maioria das ameaças exteriores.

Sonni Ali encontrou forte oposição na aristocracia muçulmana, principalmente em Tombuctu. Era constantemente criticado pelos ulemás³ de Sankore, que o desprezavam, dois séculos mais tarde, como um soberano cruel e tirânico. Os motivos desse enfrentamento do soberano com os sábios muçulmanos eram tanto de ordem ideológica quanto política. Ideológica porque havia sido educado no Faru (Sokoto) e teria sido apegado aos ritos tradicionais songais, nunca os abandonando, ainda que não necessariamente recusasse a religião islâmica. Politicamente, o conflito devia-se à aliança dos ulemás de Tombuctu com os tuaregues, inimigos políticos de Sonni Ali. Além disso, esses muçulmanos pregavam também um Estado conduzido estritamente pelas leis do Islã, condenando a preferência que Sonni Ali dava, aos seus olhos, aos cultos ancestrais e às estruturas de poderes tradicionais.

Decorrente desses conflitos entre as elites muçulmanas e o soberano, ganhou corpo um “partido muçulmano” que se aproveitaria da morte de Sonni Ali para se insurgir contra o poder. Sonni Baare, o descendente legítimo, recusou-se a se converter ao Islã, o que provocou uma guerra civil no império, da qual saíram vitoriosos os muçulmanos. Assim, Muhammad Sylla, com o título de *askija*, tomou o poder e fundou uma dinastia muçulmana.

³ Doutor da lei, conhecedor do Alcorão e da Suna muçulmana.

Foi durante o governo do Askiya Muhammad (1493-1538) que o Islã tornou-se, de fato, o culto imperial. O imperador logo fez a peregrinação à Meca, legitimando seu poder na fé muçulmana. Os ulemás foram exaltados e postos a seu serviço, *cadis*⁴ foram nomeados para as principais cidades, e as leis muçulmanas começaram a ser aplicadas. Tombuctu voltou à prosperidade e retomou seu prestígio de grande centro do saber.

Ao final do século XVI, as *madrasas*, escolas corânicas que se encontravam na “universidade de Sankore”, o bairro ao redor da mesquita, somavam uma centena e meia. Alunos de toda faixa sudanesa iam para lá aprender o Alcorão, as leis islâmicas e a jurisprudência maliquita, e também história, geografia, gramática, lógica, retórica, astronomia e astrologia. Na época do governo de Askiya Muhammad, o islamismo ganhou as cidades, irradiando de Tombuctu.

Durante o reinado do Askiya Dawud (1549-1583), o Império Songai conheceu seu apogeu, prosperando do ponto de vista econômico e ganhando notoriedade do ponto de vista intelectual, menos de duas décadas antes de seu declínio. Este governante também foi um grande mecenas, honrou os homens de letras e sábios, dando-lhes riqueza e prestígio, além de restaurar mesquitas.

Ao final do século XVI, já estava estabelecida nos grandes centros urbanos uma elite letrada muçulmana que reinterpretaria e adaptaria o Islã à realidade sudanesa. A universidade de Tombuctu, com suas diversas *madrasas*, desempenhou papel primordial na difusão da cultura islâmica no Sudão Ocidental. O direito maliquita foi implantado e prescrita a *djihad* (a guerra santa) contra os povos vizinhos conhecidos como mossi, considerados “infiéis”.

Entretanto, deve-se considerar que essa cultura muçulmana e até a própria religião islâmica não chegaram ao campo, mesmo a essa época de uma islamização mais intensa. A própria religião dominante à época não foi o Islã, e sim as crenças tradicionais, os cultos an-

⁴ Juízes.

cestrais, as crenças animistas e nos curandeiros, os *sonyanke*, os quais tinham a função de proteger a sociedade contra os espíritos maléficos e os feiticeiros *tirkei*. Essas crenças pouco espaço acabaram cedendo ao Islã, mesmo em pleno século XVI (Cissoko, 1978), religião que ficou restrita aos grandes centros urbanos, onde habitavam os letrados e os sábios.

Para o Xequê Usuman Don Fodio (1754-1817), até a chegada dos europeus “o pensamento africano cultivava o amor de um Islã aberto para o universal que se distinguia muito nitidamente daquele observado no mundo árabe-muçulmano” (Cissoko, 1978). Suas palavras expressam muito bem a situação em que o Islã se encontrava no Sudão Ocidental até a época em que se deu a chegada dos europeus. O Islã era, sem dúvida, uma religião presente e influente, uma vez que passou a ser no governo de Askiya Muhammad a “religião de Estado” e a regular o funcionamento de seu governo. Mas era uma religião restrita principalmente aos reis e às elites urbanas, enquanto as populações rurais, provenientes de diversos grupos distintos, preferiam manter seus ritos tradicionais.

É importante perceber também que essa divisão entre uma elite urbana muçulmana e as populações agrícolas rurais e tradicionais não era, de forma alguma, dada arbitrariamente. Devido ao próprio caráter da religião muçulmana, que prega a tolerância religiosa e a aceitação, pelos povos tradicionais sudaneses, da existência de um ser superior (com a ressalva de apresentar diversos seres espirituais ligados às atividades cotidianas e ao espírito dos antepassados), é possível considerar certa forma de sincretismo, um islamismo permeado de crenças tradicionais, fenômeno religioso conhecido pelo nome de “Islã negro” (Monteil, 1964).

De acordo com Ricardo da Costa, os impérios formados ao sul do Saara teriam sido resultado “de um desenvolvimento autóctone bastante recuado (e de natureza pagão-animista), iniciado provavelmente na Era Cristã, aliado ao avanço berbere-islâmico em direção ao sul do Saara no século IX”. Isso muito nos diz a respeito da formação religiosa, que, além

de abarcar a fé islâmica e crenças tradicionais, produziu uma relação entre elas, conferindo caráter específico à religião praticada na região do Sudão Ocidental. A própria arquitetura congrega elementos sincréticos, originais. As mesquitas, construídas com argila, seguem o padrão das construções sudanesas, mas apresentam elementos influenciados pela decoração islâmica.

As Crenças Songais

Mesmo antes de se tornar um império, o Songai não era constituído de um povo único, pois em seu território havia dezenas de outros povos, destacando-se os manden, os soninquês, fulas, tuaregues, bareba, mosis, dogons, entre outros, além dos próprios songais. Esses povos eram distintos quanto às formas religiosas e culturais, mas apresentavam algumas semelhanças, como os modos de subsistência, sendo principalmente pescadores-cultivadores, embora alguns também eram caçadores (Mauny, 1970).

A aceitação do Islã dentro do Império Songai não foi unânime. Alguns reis convertiam-se ao Islã, enquanto outros não o faziam. Pode-se pensar que a escolha do governante pela religião de Maomé não exercesse tanta influência na adesão da população à fé islâmica. Até mesmo quando o islamismo foi considerado “religião de Estado”, ficando a administração nas mãos de governadores de províncias, e a justiça nas mãos do *cadi*, decisões eram freqüentemente tomadas segundo os preceitos próprios dos grupos, e a justiça era feita dentro da própria comunidade, sem consulta ao *cadi* – apesar de nessa região ele ser até hoje alguém muito respeitado e influente.

Os povos incorporados ao Império Songai tinham suas próprias crenças, rituais e práticas religiosas. Convém, entretanto, lembrar as reflexões de H. Deschamps (1962), para quem era possível encontrar em todos aqueles povos a existência de um Deus supremo, geralmente tido como o criador, como o *Amma*, dos dogons.

O trabalho de Deschamps data do século XX, e pode-se pensar em ao menos duas possibilidades para a existência da divindade suprema: a primeira se refere à incorporação do Deus único dos muçulmanos na prática religiosa desses grupos; a segunda, à existência da crença em um Deus único antes mesmo da chegada dos muçulmanos, mas com presença de deuses secundários como mensageiros do deus principal. A segunda possibilidade parece obter maior respaldo, visto que o povo dogon, como muitos outros, não aderiu ao islamismo, em favor de suas tradições. Assim, é possível que a adoção do Islã tenha ocorrido parcialmente porque, com o preceito de Deus único, não causasse, de fato, tanto estranhamento entre os sudaneses.

A propósito, a religião dos muçulmanos aceita a existência de “demônios”, os *djins* (Burlot, s/d) e, de maneira semelhante, entre os dogons e os manden existem gênios que podem causar enfermidades, que são os provocadores da morte, que são ladrões (Deschamps, 1962). Desse modo, a aceitação do Islã não alterava essencialmente os traços religiosos até então existentes. Por aqui se pode vislumbrar outro aspecto da relação entre islamismo e religiões tradicionais: enquanto que os dogons, apesar de possuírem certa semelhança nesse ponto com o Islã, preferiram conservar suas crenças tradicionais, talvez pela sua forte organização social e religiosa, os manden se islami-zaram. Daí se pode inferir que condições de coesão social, religião e outros fatores preexistentes contribuíram para a efetiva islamização ou a permanência das crenças tradicionais.

A conquista de fiéis ao Islã se deu por vezes de forma violenta, com a anexação militar de territórios, mas geralmente era consequência da circulação de idéias promovida por mercadores muçulmanos e viajantes, de maneira pacífica e lenta. Os primeiros indícios arqueológicos de efetiva islamização na região que posteriormente constituiria o Songai são as inscrições tumulares em pedra, conhecidas como *Epitáfios de Gao*, feitas entre 1100-1265 no cemitério real (Mauny, 1970).

O aparente sucesso do Islã deve algo à simplicidade da doutrina islâmica, bastando a profissão de fé, a *Sha'ada*, para a conversão.

A idéia da unicidade de Deus, como vimos, não era plenamente estranha aos sudaneses. A escrita dos muçulmanos causava boa impressão entre os sudaneses, por ter de certo modo um caráter mágico e de extremo poder. As letras do Alcorão, ou passagens do Alcorão, vieram a ser utilizadas como uma espécie de talismã em rituais ou como remédio para diversas doenças, dentre outras funções.

Há que se observar, entretanto, que as populações rurais não aceitaram com facilidade a “nova” religião (Cissoko, 1978). Diversos fatores explicam tal resistência, entre eles, a maior coesão interna dessas populações, as quais preferiram seguir seus costumes baseados em direitos, posse de terra, ritos e justiça consuetudinários, ao invés de abraçar uma fé que provavelmente mudaria algumas práticas (Deschamps, 1962). O fato é que as populações rurais eram mais apegadas aos rituais de fertilidade do solo, que pudessem prover a terra de chuvas, o afastamento de pestes e a conservação da prática agrícola, o que se liga, dessa forma, às atividades que exerciam. Essa, portanto, pode ter sido uma das razões da menor adesão do Islã entre os habitantes das aldeias.

Por outro lado, é importante observar as práticas sincréticas que emergiram da interpenetração das religiões sudanesas tradicionais e o islamismo. Caracterizadas pela forte sacralização de elementos da natureza e pela realização de ritos mágicos, as crenças sudanesas possuíam ampla ressonância coletiva.

Precisamente no caso do Songai, há exemplos de sincretismo, de aceitação e imposição do Islã e das crenças tradicionais. A própria lenda de origem do império conta que o feiticeiro Faran Makan Bote, filho de pai soko e mãe-fada ligada ao espírito das águas, subiu o rio e ali se aliou aos caçadores gows e pescadores sorkos, tornando-se o grande sacerdote (*Kanta*). Assim teriam nascido as energias mágicas do Songai. Por volta do ano 500, berberes teriam chegado à Curva do Níger e libertado pescadores sorkos e camponeses gabibis do peixe-feiticeiro descendente de Makan Boté. O chefe dos berberes seria Za-Aliamen, cuja dinastia dominou até 1335 em Kukya. Ele teria sido antepassado

direto de Dia Kossoy, o primeiro rei songai convertido ao islamismo. Não deixa de ser interessante a situação: um rei muçulmano justificando sua origem dinástica numa lenda extraída das crenças tradicionais.

O sincretismo manifestou-se até mesmo nas cerimônias reais. Após o período de governo de Askiya Muhammad, no dia da entronização de cada novo imperador, este recebia um selo, uma espada e um Alcorão, conservando dois atributos mágicos antigos: o tambor e o fogo sagrado (*dinturi*). Havia também as funcionárias feiticeiras, que poderiam, inclusive, se dirigir ao imperador pelo nome, e o sacerdote do culto aos antepassados (Costa, s/d).

Também em Tombuctu parece ter prevalecido esse clima de eferescência religiosa. No século XVI, Ahmed Baba (1556-1620), um dos chamados Eruditos de Tombuctu, ensinava os principais ramos do saber com base nos estudos islâmicos: a língua árabe, retórica, exegese corânica e jurisprudência. Foi se constituindo na cidade um *corpus* filosófico, jurídico e religioso, através da transcrição por copistas das conferências dos ulemás. O cronista Mahmud Kati, no *Tari-keh al-Fattash*, fez o elogio maior da grande cidade:

Tombuctu era diferente de todas as demais cidades dos negros, por causa da solidez de suas instituições, a liberdade política, a pureza dos costumes, a segurança das pessoas e dos bens, a clemência e a compaixão para com os pobres e estrangeiros e o tratamento dispensado a estudantes e cientistas (Djian, 2004).

Atualmente, os povos songais vivem nos atuais países do Mali, Senegal, Níger, Burkina Fasso, Benin e Nigéria. A maioria da população é considerada islâmica, e, além disso, o vestuário, o calendário e as leis civis são islâmicos. Entretanto, nos locais mais longínquos, as religiões tradicionais suplantam o islamismo. O sincretismo e a convivência das religiões ainda estão presentes, pois, mesmo existindo os festivais nos quais os songais fazem oferendas aos espíritos para controlar as pestes (o chamado *bori*) e a conhecida dança da chuva (*yenaandi*), é possível encontrar os “clérigos” islâmicos, os marabutos.

Referências

- BURLLOT, J. *A Civilização Islâmica*. Mem Martins, Europa-América, s/d.
- CISSOKO, Sékéné Mody. O Songhai do século XII ao XVI. In: Djibril Tamsir NIANI (Org.). *História Geral da África*. São Paulo: Editora Ática, 1978. Vol. 4: A África dos séculos XII ao XVI.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. São Paulo: Editora Nova Fronteira/ EDUSP, 1992.
- COSTA, Ricardo da. *A expansão árabe na África e os impérios negros de Gana, Mali e Songai (séculos VII-XVI)* (Disponível on-line em: www.ricardocosta.com) (Acessado em 27/06/2007).
- DAVIDSON, Basil. *À descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, s/d.
- DESCHAMPS, Hubert. *Las religiones del Africa negra*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1962.
- DJIAN, Jean-Michel. *A África redescoberta*. In: *Le Monde diplomatique* (Brasil), agosto de 2004 (Disponível on-line em: <http://diplo.uol.com.br/imprima970>) (Acessado em 26/06/2007).
- JOMIER, Jacques. *Islamismo: história e doutrina*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MAUNY, Raymond. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire*. Paris: Fayard, 1970.
- MONTEIL, Vincent. *L'Islam noir*. Paris: Éditions du Seuil, 1964.